

#### MINUTA CONTRATUAL



CONTRATO Nº TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE BOA VIAGEM, ATRAVÉS DO(A) COM SECRETARIA DE PARA O FIM QUE A SEGUIR SE DECLARA: O Município de Boa Viagem/CE, através do(a) Secretaria de pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Monsenhor José Cândido, 100 -Centro - Boa Viagem/CE, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 07.806.680/0001-84, neste ato Secretaria Despesas do(a) Ordenador(a) de pelo(a) representado doravante denominado de Sr(a). com endereço na CONTRATANTE e, do outro lado, a empresa \_\_ cons inscrita no CNPJ sob oun portador do OPF nº \_ representada por ao fim assinado, doravante denominada de CONTRATADA, de acordo com o Processo Administrativo nº 2022 04.12 002. Ata de Registro de Preços nº 2021.03.16.001, Edital de Pregão Presencial nº 2021 03-16:001, em conformidade com o que preceitua a Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, a Lei Federal nº 10.520/02, de 17 de julho de 2002, sujeitando se os contratantes às suas nórmas e às cláusulas e condições a seguir ajustadas: CLÁUSULA PRIMEIRA DO FUNDAMENTO LEGAL 1.1-Processo Administrativo de Adesão à Ata de Registro de Precos, em conformidade com a Lei Federal Nº 8.666/93 e suas alterações posteriores a Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, Lei Federal nº 8/666/93 e Decreto Federal nº 7/892/13 CLAÚSULA SEGUNDA DO OBJETO 2.1-O presente contrato tem por objeto a Contratação da prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva de veículos, de diversas marcas, pertencentes e os que possam vir a compor a frota, incluindo o fornecimento de peças de reposição e acessórios originais, óleos lubrificantes, produtos afins e mão de obra, para atender as necessidades da Casa de Saúde Adília Maria do Município de Boa Viagem/CE conforme adesão a Ata de Registro de Preços nº 2021.03.16.001 gerenciada pela Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Boa Viagem/CE, conforme especificações em anexo, parte integrante deste processo. CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DO CONTRATO ), nele 3.1- O valor global deste Contrato é de R\$ \_ estando incluídas todas as despesas e custos necessários à sua perfeita execução. CLÁUSULA QUARTA - DA FORMA DE PAGAMENTO apresentada deverá ser prestados serviços 4.1fatura relativa aos até o 10º (décimo) dia útil do mês ao(à) subsequente à realização dos serviços, para fins de conferência e atestação da execução dos serviços.

PREFEITURA DE BOA VIAGEM

CNPJ N° 07.963.515/0001-36 | CGF N° 06.920.307-5

Praça Monsenhor José Cândido, 100 | Centro | Boa Viagem/CE | CEP 63.870-000

acordo com o quantitativo efetivamente realizado no mês;

Tel.: 88 3427,7001 - 9 8168.1714 | E-mail: pmbv\_oficial@boaviagem.ce.gov.br | Site: www.boaviagem.ce.gov.br

4.2. A fatura constará dos serviços efetivamente prestados no período de cada mês civil, de

Caso

faturamento

seia

aprovado

o pagamento será efetuado até o 30

(trigésimo) dia após o protocolo da fatura pela CONTRATADO(A).

### CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇO

5.1- Os preços somente poderão ser reajustados após o período de 12 (doze) meses, a contar da data da apresentação das propostas, com base na variação percentual acumulada no período sob análise, do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), ou outro equivalente caso este venha a ser extinto ou substituído.

## CLÁUSULA SEXTA - DA DURAÇÃO DO CONTRATO

6.1- O Contrato terá um prazo de vigência a partir da data de sua assinatura, até 31 de dezembro de 2020, podendo ser prorrogado nos casos e formas previstos na Lei nº-8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

# CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO(A) CONTRATANTE

- 7.1- O(A) CONTRATANTE se obriga a proporcionar ao(a) Contratado(a) todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do Termo Contratual, consoante estabelece a Lei nº8.666/93 è suas alterações posteriores
- 7.2- Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto contratual.
- 7.3- Comunicar ap(à) Contratado(a) toda e qualquer ocorrencia relacionada com a execução do objeto contratual, digenciando nos casos que exigem providencias corretivas;
- 7.4- Providenciar os pagamentos ao(à) Contratado(a) à vista das Notas Fiscais /Faturas devidamente atestadas pelo Setor Competente;

## CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO(A) CONTRATADO(A

- 8.1- Executar o objeto do Contrato, de conformidade com as condições e prazos estabelecidos nesta Adesão a Ata de Registro de Preços (Carona Interna), no Termo Contratual e na proposta vencedora do certame,
- 8.2- Manter durante toda a execução do objeto contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de nabilitação e qualificação exigidas na Lei de Licitações;
- substituindo-os nos casos de 8.3- Utilizar profissionais devidamente habilitados, impedimentos fortuitos, de maneira que não se prejudiquem o bom andamento e a boa prestação dos serviços;
- 8.4- Facilitar a ação da fiscalização na inspeção dos serviços, prestando, prontamente, os esclarecimentos que forem solicitados pelo(a) CONTRATANTE;
- 8.5- Responder, perante às leis vigentes, pelo sigilo dos documentos manuseados, sendo que ao(à) CONTRATADO(a) não deverá, mesmo após o término do Contrato, sem consentimento prévio por escrito do(a) CONTRATANTE, fazer uso de quaisquer documentos ou informações especificadas no parágrafo anterior, a não ser para fins de execução do Contrato;
- 8.6- Providenciar a imediata correção das deficiências e/ ou irregularidades apontadas pelo(a) CONTRATANTE;

8.7- Arcar com eventuais prejuízos causados ao(à) CONTRATANTE e/ou terceiros, o provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados e/ou prepostos envolvidos na execução do objeto contratual, inclusive, respondendo pecuniariamente;

- 8.8- Pagar seus empregados no prazo previsto em lei, sendo também de sua responsabilidade o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre a prestação dos serviços contratados, inclusive, as contribuições previdenciárias, fiscais e parafiscais, FGTS, PIS, emolumentos, seguros de acidentes de trabalho, etc, ficando excluída qualquer solidariedade da Prefeitura Municipal de Boa Viagem por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais uma vez que a inadimplência do(a) CONTRATADO(A), com referência às suas obrigações, não se transfere à Prefeitura Municipal de Boa Viagem;
- 8.9 -Disponibilizar, a qualquer tempo, toda documentação referente ao pagamento dos tributos, seguros, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relacionados com o objeto do Contrato;
- 8.10- Respeitar as normas de segurança e medicina do trabalho, previstas na Consolidação das Leis do Trabalho e legislação pertinente:
- 8.11- Somente será permitida a sublocação e/ou subcontratação dos serviços em casos excepcionais, e ainda assim, sendo necessária a verificação previa da aptidão técnica do subcontratado, e ainda assim, mediante anuência expressa da CONTRATANTE, a subcontratação parcial dos veículos a serem utilizados durante a execução do contrato, desde que atendidos todos os termos do edital e legislação pertinente.

CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 9.1- Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantidas a prévia defesa, a Educação poderá aplicar ao(à) Contratado(a) as seguintes sanções;
- a) Advertência.
- b) Multas de:
- b.1) 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, en caso de recusa da LICITANTE VENCEDORA em assinar o Contrato dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da notificação feita pelo(a) CONTRATANTE

b.2) 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso na execução dos serviços, até o limite de 30 (trinta) dias;

b.3) 2% (dois por cento) cumulativos sobre o valor da parcela não cumprida do Contrato e rescisão do pacto, a critério do(a) Casa de Saude Adilia Maria, em caso de atraso dos serviços superior a 30 (trinta) dias.

b.4) O valor da multa referida nesta cláusula será descontada "ex-officio" do(a) CONTRATADO(A), mediante subtração a ser efetuada em qualquer fatura de crédito em seu favor que mantenha junto ao(à) Casa de Saúde Adília Maria do Município de Boa Viagem, independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial;

c) suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Educação, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Prefeitura Municipal de Boa Viagem, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que o(a) CONTRATANTE promova sua reabilitação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

10.1- O Contrato firmado em decorrência da presente licitação poderá ser rescindido de conformidade com o disposto nos art's. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93;

10.2- Na hipótese de ocorrer a rescisão administrativa prevista no art. 79, inciso I, da Le 8.666/93, ao(à) CONTRATANTE são assegurados os direitos previstos no art. 80, incisos IV, parágrafos 1º a 4º, da Lei de Licitações.

### CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

11.1- O(A) CONTRATADO(A) fica obrigado(a) a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões no quantitativo do objeto contratual, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do Contrato, conforme o disposto no § 1º, do art. 65, da Lei de Licitações.

### CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 12.1- Os recursos cabíveis serão processados de acordo com o que estabelece o art. 109 da Lei nº 8666/93 e suas alterações;
- 12.2- Os recursos deverão ser interpostos mediante petição devidamente arrazoada e subscrita pelo representante legal da recorrente?
- 12.3- Os recursos serão protocolados na Prefeitura Municipal de Boa Viagem e encaminhados à Comissão de Licitação

### CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - DA FONTE DE RECURSOS

13.1- O valor global de Contrato a ser celebrado, correrá por conta da dotação orçamentária nº 1401.10.122.0008 2.108 elemento de despesa nº 33.90.80.00 e 33.90.39.00.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DO FORO

14.1- Fica eleito o foro da Gomarca de Boa Viagem. Estado do Ceará, para dirimir toda e qualquer controversia oriunda do presente Contrato, que não possa ser resolvida pela via administrativa, renunciando-se, desde já, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem acertadas, as partes firmam o presente instrumento contratual em 02 (duas) vias para que possa produzir os efeitos legais.

Boa Viagem/CE, de de 20 .	
Nome do(a) Ordenador(a) de Despesas Ordenador(a) de Despesas do(a) Secretaria de CONTRATANTE	Nome do Representante Empresa CONTRATADA
TESTEMUNHAS:  1 Nome: CPF:	2 Nome: CPF: